



Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares  
*Passagem da igualdade formal para a igualdade real*  
México D.F., 24 e 25 de junho de 2014

## **Avanços e desafios da agenda da igualdade de gênero nas Américas**

*Dra. Teresa Incháustegui Romero*

A agenda da igualdade chegou para ficar há 35 anos, com a CEDAW e a sua proposta de erradicar toda forma de discriminação contra as mulheres.

Desde a ratificação por parte dos estados deste maravilhoso instrumento (1982), os avanços foram árduos, mas frutíferos. Destaca o alcance do artigo 2º, que estabelece a obrigação de todos os Estados-Partes de integrarem nas suas constituições políticas e em toda a sua legislação civil, penal e administrativa, a igualdade e a não discriminação às mulheres; além de garantir estes princípios a partir de instâncias de denúncia e proteção e de inscrevê-las no funcionamento e na integração de todos os poderes públicos.

Graças a isto, foram desenvolvidos mecanismos para a igualdade e o progresso das mulheres, legislações para promover e assegurar os seus direitos e promover o seu acesso a posições de poder e decisão.

Os anos de avanço das mulheres coincidem com um longo período de transição política e com o período mais prolongado na sua história de sucessão de regimes democráticos. Coincidem também com um período de reformas estruturais em torno de um novo modelo de crescimento econômico, cujos resultados fizeram da nossa região a mais desigual e violenta do mundo.

A nossa crescente participação na integração de parlamentos, governos e poderes públicos que se localiza em uma média de 27% constitui sem dúvida um importante avanço. Embora ainda não chegue à massa crítica de 30%.

No terreno econômico as mulheres constituem igualmente 52% do índice de empregos na região e sustentam mais de 50% dos lares.

Mas a agenda continua pendente:

1. São necessárias políticas claras sobre direitos sexuais e reprodutivos. Segundo a OPS/OMS, mais de 23 mil mulheres morrem todos os anos devido a complicações na gravidez ou no parto; a taxa de gravidez na adolescência está acima da média da região africana, sendo 73,1 em cada 100 mil jovens entre 15 e 19 anos, enquanto na África são 54 em cada 100 mil.
2. Persiste a desigualdade em cargos e remunerações com brechas salariais de 20% em média. Ademais de que a maior parte das mulheres empregadas realizam trabalhos domésticos remunerados ou serviços de limpeza ou serviços pessoais.

3. A dupla jornada e a pobreza de tempo é o custo oculto que pagam por ter acesso ao emprego, já que realizam 70% em média do TNR nos lares, além de contribuírem com o equivalente a 5% e 3.5% do PIB no setor de saúde, por cuidarem de doentes, idosos ou dependentes.
4. O seu acesso à propriedade da terra continua sendo limitado e a desigualdade no setor rural elevada, já que ao mesmo tempo em que participa com 60%-80% do trabalho, só possui 5% da terra.
5. A participação política através das cotas continua tendo resistência e é escamoteada por argúcias e assédio político. Nos partidos, apesar de constituírem 51% da afiliação (IDEA e BID), só participa de 19% dos cargos de direção. E nos sindicatos, apesar de representarem, em muitos casos, 90% da afiliação têm somente 10% dos cargos nos comitês e 3% nas organizações nacionais.
6. Em termos de direito a viver sem violência, o acesso à justiça continua pendente, enquanto cresce a insegurança da vida e da integridade das mulheres nas zonas pobres e carentes, onde abundam os maus-tratos, as violações e os femicídios.

Estes são os desafios para as parlamentares da região.